



108

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0332092-1

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CUSTÓDIA/PE

PACIENTES: MARCOS LIMA DOS SANTOS e JOSÉ AILTON DA SILVA RODRIGUES DE FREITAS

PROCURADOR DE JUSTIÇA: SEVERINA LÚCIA DE ASSIS

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

EMENTA: HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. DEMORA PARA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO MOTIVADA PELA PRÓPRIA DEFESA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 86 DO TJPE. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos *habeas corpus* de n.º 0332092-1 em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia / / 2014, **por unanimidade, EM DENEGAR A ORDEM**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 20 de Maio de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



109

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL**HABEAS CORPUS Nº 0332092-1****AUTORIDADE COATORA:** JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CUSTÓDIA/PE**PACIENTES:** MARCOS LIMA DOS SANTOS e JOSÉ AILTON DA SILVA RODRIGUES DE FREITAS**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** SEVERINA LÚCIA DE ASSIS**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de ordem de habeas corpus liberatório subscrito pelo advogado Pio Alves de Queiroz, em favor dos pacientes MARCOS LIMA DOS SANTOS e JOSÉ AILTON DA SILVA RODRIGUES DE FREITAS, apontando como autoridade coatora a MM Juíza de Direito em exercício cumulativo na Comarca de Custódia/PE, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a concessão da ordem e consequente expedição dos Alvarás de Soltura em favor dos acusados.

Relata o impetrante que os pacientes foram denunciados pela prática do crime previsto no art. 157, §2º, II, do Código Penal, cometido no dia 23.04.2013, estando os pacientes recolhidos no Presídio Advogado Brito Alves em Arcoverde/PE, desde a data do cometimento do delito.

Sustenta que os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal, uma vez que as suas prisões preventivas foram decretadas em 24.04.2013, estando até o presente momento no aguardo do término da instrução processual, sendo flagrante o excesso de prazo.

Liminar negada em decisão de fls.89/90. A autoridade coatora prestou informações de fls.97/99.

A Douta Procuradoria, em seu parecer de fls.103/104, **opinou pela denegação da ordem.**

É o que importa relatar.

Recife, 20 de maio de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto**Relator**

1/1



110

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL**HABEAS CORPUS Nº 0332092-1****AUTORIDADE COATORA:** JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CUSTÓDIA/PE**PACIENTES:** MARCOS LIMA DOS SANTOS e JOSÉ AILTON DA SILVA RODRIGUES DE FREITAS**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** SEVERINA LÚCIA DE ASSIS**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**VOTO**

Trata-se de pedido de ordem de habeas corpus liberatório subscrito pelo advogado Pio Alves de Queiroz, em favor dos pacientes MARCOS LIMA DOS SANTOS e JOSÉ AILTON DA SILVA RODRIGUES DE FREITAS, apontando como autoridade coatora a MM Juíza de Direito em exercício cumulativo na Comarca de Custódia/PE, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a concessão da ordem e consequente expedição dos Alvarás de Soltura em favor dos acusados.

O cerne da questão se baseia no excesso de prazo para finalizar a instrução criminal ocasionado pela autoridade coatora e pelo MP.

Segundo informações prestadas pela autoridade coatora, os pacientes não possuem bons antecedentes, *vide* fls.97:

Os pacientes tiveram sua prisão em flagrante convertida em prisão preventiva em 24/04/2013, tendo como fundamento a garantia da ordem pública, tendo em vista que JOSÉ AILTON DA SILVA RODRIGUES DE FREITAS é acusado por crimes contra o patrimônio majorados nesta comarca, processo nº. 31-05.2004 e processo nº 223-35.2004, o que leva concluir que sua liberdade põe em risco a garantia da ordem pública. Por sua vez MARCOS LIMA DOS SANTOS já respondeu a processo criminal na comarca de Afogados da Ingazeira, processo nº. 316-19.2006.8.17.0110, cuja pena foi extinta nos termos do art. 89 da lei 9099/95, cuja



111

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

pena ao processo de roubo e estupro nesta comarca – processo nº. 552-66.2012, o que leva a concluir que a sua liberdade põe em risco a garantia da ordem pública, tendo em vista já ser propenso à prática delitiva.

A autoridade coatora também justificou que a suposta demora para conclusão da instrução criminal fora motivada pela própria defesa de ambos pacientes, pois um não apresentou patrono e o outro só apresentou defesa depois de uma exaustiva intimação pessoal, sob pena de multa.

É importante, destacar, também certa complexidade do feito, face à pluralidade de réus e ao fato das testemunhas residirem em comarcas diversas ao da distrito da culpa, etc.

Atualmente, os autos principais estão com audiência de instrução designada para 13.05.2014.

Portanto, não há o que se falar em demora na formação da culpa por excesso de prazo.

Em igual entendimento, **esta Corte aprovou a Súmula 84**, assim redigida: “Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto”.

Ante o exposto, acompanhando o Parecer Ministerial, voto pela DENEGAÇÃO DA ORDEM, nos termos da fundamentação supra.

É como voto.

Recife, 20 de Maio de 2014.

Relator Des. Odilon de Oliveira Neto

2/2